



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

08 de janeiro 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Moacir Pereira

Data: 08/01/2015

Assunto: Tabela Salarial

Página: 14

DIÁRIO CATARINENSE

MAGISTÉRIO

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, EDUARDO DESCHAMPS, ANUNCIA PARA A PRÓXIMA SEMANA A DECISÃO DO GOVERNO SOBRE A NOVA TABELA SALARIAL DOS PROFESSORES DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO. ESTÃO ADIANTADOS OS ESTUDOS VISANDO A DESCOMPACTAÇÃO DA TABELA, INICIADOS EM 2014. O SECRETÁRIO CONFIRMOU QUE O NOVO PISO - DE R\$ 1.980 - SERÁ PAGO A PARTIR DESTE MÊS DE JANEIRO A TODOS OS PROFESSORES.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Sua Vida

Data: 08/01/2015

Assunto: Fies

Página: 35

DIÁRIO CATARINENSE

ENSINO | FACULDADE

Pressão para manter as regras do Fies

As empresas de ensino superior privado estão fazendo pressão em Brasília para reverter as mudanças no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Elas questionam a medida que alterou o pagamento feito às instituições com mais de 20 mil alunos. No final de dezembro, o MEC publicou portaria que provocará atraso nos pagamentos – receberão num ano apenas oito mensalidades dos alunos do Fies e não 12, como ocorria.

A medida impactou sobre as ações das empresas na Bolsa – perderam mais de R\$ 10 bilhões em valor de mercado. Em reunião com o MEC, pediram explicações. A negociação envolve representantes de grandes empresas como Estácio, Kroton, Ser Educacional, DeVry Brasil e Laureate.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Artigos

Data: 08/01/2015

Assunto: Udesc

Página: 31

DIÁRIO CATARINENSE

UDESC É PATRIMÔNIO DOS CATARINENSES

ANTÔNIO HERONALDO DE SOUSA
Reitor da Udesc
Florianópolis



Último levantamento do Ministério da Educação (MEC), entre 192 instituições de ensino superior do Brasil, colocou a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), pública e gratuita, entre as quatro melhores estaduais do país e a 18ª no ranking geral. É uma marca considerável, que mostra o valor da Udesc entre estudantes, servidores e sociedade e coloca o Estado em destaque no cenário nacional.

Hoje, a Udesc oferece 52 cursos de graduação e 33 mestrados e doutorados a um total de 15 mil estudantes. Em 2015, a Universidade dos Catarinenses completa 50 anos. Meio século de experiência no ensino superior, em todas as regiões de Santa Catarina, com 12 unidades presenciais e 27 polos de ensino a distância. São cerca de 900 professores efetivos (mais de 90% com mestrado e doutorado) e 800 técnicos que contribuem para a formação de inúmeros profissionais do nosso país.

É uma história de grandes conquistas que precisa ser respeitada. Hoje, a Udesc é custeada pelo Estado de SC e por captação de recursos externos.

É extremamente estratégico para SC manter uma universidade estadual pública e gratuita

Isso permite que, além do ensino de qualidade, a instituição invista em 142 grupos de pesquisa e 500 ações de extensão por ano. Tudo isso faz que os recursos investidos re-

torquem para a sociedade em ações como a Clínica Escola de Fisioterapia, o Laboratório Público de DNA, o Hospital Veterinário, entre outras.

Entendemos que é extremamente estratégico para SC manter uma universidade estadual pública e gratuita. Justamente pela presença pioneira em todas as regiões, pela identidade marcante com o Estado e pelos resultados que ela entrega aos catarinenses. Apenas quatro estados (Acre, Espírito Santo, Rondônia e Sergipe) e o Distrito Federal não têm universidades estaduais. Até o início de 2014, a Udesc foi a única instituição de ensino superior pública e gratuita que formou estudantes no interior de SC com cursos presenciais regulares.

São números que credenciam a Udesc como a Universidade dos Catarinenses, que deve continu-



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 08/01/2015
Assunto: Piso Salarial		Página: Online



Estados mostram dificuldades para cumprir novo piso salarial dos professores

Conselho Nacional de Secretários de Educação admite que conta é difícil de fechar

Os Estados brasileiros relatam suas dificuldades para cumprir o novo piso salarial dos professores em 2015. O valor passou de R\$ 1.697 em 2014 para R\$ 1.917,78, um reajuste de 13,01%, acima da inflação e superior, segundo o Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação), à receita do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

O secretário de Educação do Rio Grande do Sul, Vieira da Cunha foi claro:

— Eu disse ao próprio ministro que não haverá saída para o pagamento do piso, dadas as condições financeiras do estado, sem o aporte de recursos federais.

O Estado é um dos que não conseguem cumprir a Lei do Piso (Lei 11.738/2008), que estabelece que o valor mínimo deve ser pago no vencimento e não com gratificações ou complementações, como é feito no Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul não está sozinho. O presidente em exercício do Consed e secretário de Educação de Santa Catarina, Eduardo Deschamps, fala sobre a situação.

— Como o reajuste tem sido superior à receita do Fundeb, a conta em algum momento não vai fechar. Há Estados e municípios que ultrapassaram, com o pagamento da folha, o valor do Fundeb. Tivemos um ano bastante difícil.

O Estado, segundo ele, discutirá, a partir da semana que vem, o impacto do reajuste do piso nos demais salários, com o plano de carreira. Os secretários não negam a importância do piso, essencial para a valorização dos docentes e também para o cumprimento do Plano Nacional de Educação, que estabelece prazo de seis anos para a equiparação do salário dos professores ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Atualmente, o rendimento médio dos docentes representa aproximadamente 60% dos salários médios dos demais profissionais. O secretário de Educação do Espírito Santo, Haroldo Rocha, destaca a importância do piso.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

— O piso foi uma conquista importante da educação brasileira. Eu não tenho a menor dúvida de que a melhoria da qualidade da educação básica passa pela valorização do professor.

Leia mais notícias de Educação

O Estado não cumpre o piso para os professores com formação de nível médio. Segundo ele, são 80 docentes nessas condições. O valor do vencimento inicial para a formação é R\$ 579,26 por uma jornada de 25 horas. Para cumprir a lei, mesmo antes do ajuste, o valor seria R\$ 1.060. O secretário acrescenta que o estado pretende corrigir esses salários já com o reajuste.

Ainda em início de mandato, os governos se organizam para avaliar o novo valor. No Paraná, por meio da assessoria de imprensa, a Secretaria da Educação informa que vai tratar do assunto “dentro da Comissão de Política Salarial, que foi criada pelo Decreto 31/2015. No momento, não temos ainda uma avaliação mais precisa”. Na Bahia, “a Secretaria da Administração do Estado está fazendo a análise para verificar os impactos na folha de pagamento dos professores da ativa, aposentados e pensionistas com o novo piso nacional”.

A Lei do Piso estabelece o valor mínimo a ser pago aos professores com formação de nível médio, com jornada de 40 horas semanais. O reajuste é feito anualmente, com base no aumento do percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno, referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, ou seja, a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno, definido nacionalmente pelo Fundeb.

O piso salarial subiu de R\$ 950, em 2009, para R\$ 1.024,67, em 2010, e R\$ 1.187,14, em 2011. Em 2012, o valor era R\$ 1.451. Em 2013, o piso passou para R\$ 1.567 e em 2014 foi reajustado para R\$ 1.697. O maior reajuste foi registrado em 2012, com 22,22%.

Antes de anunciar o novo valor, o ministro da Educação, Cid Gomes, reuniu-se com representantes do Consed, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Segundo as entidades, o ministro tem se mostrado aberto ao diálogo. O Consed, que terá ainda novas reuniões com Gomes, discutirá novos cálculos para o reajuste anual de forma a garantir um aumento real, mas um impacto menor nas contas públicas nos próximos anos. Além disso, demandará o cumprimento do trecho da Lei do Piso que diz que a União deverá complementar a integralização nos casos em que o ente federativo não tenha disponibilidade para cumprir o valor.

Deschamps destaca que o trabalho deve ser em conjunto com o Ministério da Educação.

— Falta definir a forma ou o critério para analisar quais os estados ou municípios que não têm essas condições.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 08/01/2015
Assunto: Livros Didáticos		Página: Online



Proposta proíbe produção de livros didáticos no exterior

O Projeto de Lei 7867/14, do deputado Vicentinho (PT-SP), determina que a produção e a impressão de livros didáticos adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) sejam feitas somente por empresas instaladas no Brasil. Livros adquiridos com recursos da Lei Rouanet (8.313/91) também deverão obedecer à regra.

A proposta proíbe a terceirização de qualquer etapa de produção a empresas sediadas no exterior.

Para Vicentinho, não é razoável usar recursos públicos para gerar empregos e renda fora do País. "As restrições referem-se exclusivamente a compras feitas diretamente às editoras que fornecem os títulos a serem adquiridos pelo PNLD", disse.

O deputado havia apresentado outra proposta (PL 7299/14) que proibia os órgãos públicos federais, estaduais e municipais de adquirirem publicações gráficas estrangeiras. Em junho, Vicentinho retirou o texto de tramitação porque, segundo ele, havia margem para interpretações diferentes do propósito original: a defesa dos empregos e da indústria nacional do setor gráfico brasileiro.

O projeto será arquivado pela Mesa Diretora no dia 31 de janeiro, por causa do fim da legislatura. Porém, como o seu autor foi reeleito ele poderá desarquivá-lo. Nesse caso, o texto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 08/01/2015
Assunto: Tabela Salarial		Página: Online



Piso do magistério: nova tabela deve ser conhecida em uma semana

Secretário da Educação, Eduardo Deschamps, anuncia para a próxima semana a decisão do governo sobre a nova tabela salarial dos professores estadual de ensino. Estão adiantados os estudos visando a descompactação da tabela, iniciados em 2014. O secretário confirmou que o novo piso - de R\$ 1.980,00 será pago a partir deste mês de janeiro a todos os professores.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 08/01/2015
Assunto: Matrículas		Página: Online

EM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL - F. O. S. - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

País deve descumprir meta de matricular todos os jovens até 2016

O país deverá descumprir a lei federal de 2009 que determina a matrícula na escola de toda a população de 4 a 17 anos até o ano que vem.

O dado mais recente aponta que o atendimento era de 94% em 2013. Entre os jovens de 15 e 17 anos, de 83%.

Reservadamente, representantes de secretários municipais de Educação e técnicos do Ministério da Educação afirmam que a exigência não será cumprida — a lei não impõe sanções diretas.

Com base em dados do IBGE, projeções da ONG Todos pela Educação e da Folha reforçam a avaliação e indicam que cerca de 5% da população abrangida não deverá estar na escola até 2016. Isso significaria mais de dois milhões de jovens e crianças.

O percentual pode chegar a 14% se considerada só a faixa de 15 a 17 anos, onde há mais dificuldade de evolução.

O próprio ministro da Educação, Cid Gomes, em entrevista à TV Globo, indiretamente reconheceu que o prazo não será cumprido. Ele disse ser "razoável" que a universalização do atendimento para crianças de 4 e 5 anos seja feita "no médio prazo", o que "significa um mandato [que acaba em 2018]." Gomes não citou a faixa de 15 a 17 anos.

Estados e municípios são responsáveis pelas matrículas. À União cabe o apoio.

ENSINO MÉDIO

A novidade que a lei implementou foi estender o ensino obrigatório, antes restrito à população de 6 a 14 anos.

Os dados e os próprios gestores reconhecem que é na faixa de 15 a 17 anos, etapa do ensino médio, onde há mais problemas. Praticamente não há crescimento desde 2008.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O atendimento à faixa de 4 e 5 anos cresce fortemente desde ao menos 2007.

Vice-presidente do Consed (que representa os secretários estaduais de Educação), Eduardo Deschamps diz que governos têm feito esforços, como construção de escolas.

Os Estados são responsáveis pelo ensino médio. "Mas o problema não é só vaga. O jovem não vê incentivo em ficar nesse ensino médio, cheio de matérias, em que ele não vê conexão com o mundo."

O novo ministro prometeu alterar o currículo dessa etapa, mas ele mesmo prevê que deve ser apenas em 2017.

Em nota, a pasta disse que "pretende se empenhar para ajudar as redes a cumprir o prazo". Como o Consed, a Undime (que representa secretários municipais) diz que trabalha para cumprir o prazo.

Tornar ensino obrigatório significa que o poder público deve oferecer vaga, e pais devem matricular os filhos.

Advogado da ONG Ação Educação, Salomão Ximenes diz que não há punição clara aos gestores caso a lei não seja cumprida. Já a família pode sofrer medidas punitivas dos conselhos tutelares. "Mas só em 2016 será possível saber como será aplicado."

As projeções de atendimento do Todos pela Educação e da Folha se baseiam na tendência de crescimento das matrículas de anos anteriores. A ONG destaca que países do continente já atingiram a meta "no século passado".